

A descoberta da “Outra”: Gustavo Corção e a recepção do Concílio Vaticano II

Christiane Jalles de Paula¹

Resumo: O presente artigo discute a reação de Gustavo Corção ao *aggiornamento* do Concílio Vaticano II (1962-1965). A hipótese aqui trabalhada é que sua reação de Gustavo Corção pertence a uma vertente integrista. Para isto são analisados os artigos de Corção publicados entre 1959 e 1978 no *Diário de Notícias* e *O Globo*. O artigo está organizado em dois movimentos. O primeiro trata a recepção de Corção aos preparativos e à realização do Concílio. Já o segundo aborda as repercussões das mudanças indicadas pelo Vaticano II, cujos efeitos alcançaram a Igreja Católica nos últimos anos da década de 1960 e também na de 1970. Nessa segunda seção é apresentada a aproximação de Corção com a visão de mundo integrista. O artigo conclui mostrando que a radicalização de Corção em direção ao integrismo resultou em uma perda de legitimidade de sua voz como grande leigo-intelectual das hostes católicas brasileiras.

Palavras-chave: Igreja Católica do Brasil; Concílio Vaticano II; Intelectuais; Gustavo Corção

Finding the “Other”: Gustavo Corção and the reception to Council Vatican II

Abstract: This article discusses Gustavo Corção's reaction to the *aggiornamento* of Council Vatican II (1962-1965). The hypothesis considered here is that Gustavo Corção's reaction belongs to an integralist dimension. To that end, Corção's articles published from 1959 to 1978 in *Diário de Notícias* and *O Globo* shall be analyzed. The article is organized into two movements. The first one addresses Corção's reception to the preparations for the Council. The second addresses the repercussions of the changes appointed by Vatican II, whose effects reached the Catholic Church in the late 1960s as well as in the 1970s. The second section presents Corção's approximations with the integralist worldview. The paper ends by showing that Corção's radicalization towards integralism caused him to lose legitimization as a great intellectual layman of Brazilian Catholic hosts.

Key words: Brazilian Catholic Church; Council Vatican II; Intellectuals; Gustavo Corção

Recebido em 15/01/2013 - Aprovado em 30/03/2013

¹ Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestrado e doutorado em Ciência Política pela IUPERJ. Pesquisadora e professora da Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro. Este artigo é uma versão modificada do último capítulo da minha tese de doutoramento em Ciência Política defendida no IUPERJ, em 25 de maio de 2007, com o título *Combatendo o bom combate: política e religião nas crônicas jornalísticas de Gustavo Corção (1953-1976)*. E-mail: christiane.jalles@fgv.br

O espetáculo oferecido ao mundo pela gente de Igreja é apavorante, e, muito mais grave do que uma preferência às coisas temporais e exteriores, os padres e bispos secularizantes foram compelidos a rejeitar a vida interior, a vida espiritual, o Sangue de nossa redenção. A Igreja de Cristo foi rejeitada em benefício de Outra.

(13/09/1975)

Em 1958, papa João XXIII, em seu discurso de posse, definiu em uma palavra qual seria o impulso do seu pontificado: *aggiornamento*. E para cumprir esse objetivo instaurou o Sínodo Romano, convocou um Concílio e atualizou o Código de Direito Canônico. (MARTINA, 1997, p. 277-278) Em diferentes níveis, essas medidas lançaram a Igreja em novas paragens. Dentre elas, o Concílio foi o mais importante. Ocorrido entre 1962 e 1965, após dois anos de preparação, destruiu a aparente “unidade ideológica” da instituição. (PIERUCCI; SOUZA; CAMARGO, 1989, p. 365) O *aggiornamento* foi, assim, paradoxal e arriscado. Esteve sempre marcado pelas antinomias da transformação/reacção, mudança/conservação, diálogo/intransigência que moldaram os discursos e posicionamentos dos membros da Igreja Católica. Este artigo analisará a produção de Gustavo Corção, militante da vertente ligada à reacção, à conservação, à intransigência e ao integralismo.

O personagem

Gustavo Corção Braga nasceu no Rio de Janeiro em 1896. Estudou Engenharia na Escola Politécnica, sem ter concluído o curso. Tal fato, porém, não impediu que dedicasse sua vida à engenharia. Tanto que, em 1925, aceitou o convite de seu antigo professor Manuel Amoroso Costa e tornou-se professor assistente de Astronomia da Politécnica e, mais tarde, assumiu a cadeira de Eletrônica na Escola Técnica do Exército, atual Instituto Militar do Exército (IME). Foi ainda técnico de radiotelegrafia e telefonia da Radiobras, tendo ainda trabalhado no setor de telecomunicações da Rádio Cinefon Brasileira. Paralelamente ao cientista, Corção, já na década de 1930, engajou-se na militância política. Simpático ao comunismo, foi um dos responsáveis pelo radioamadorismo do levante comunista de 1935.

O trágico falecimento da esposa, contudo, em 1936, lançou-o em crise existencial e ao encontro do catolicismo. Por influência de Carlos Chagas Filho, foi apresentado ao grande nome do laicato, Alceu Amoroso Lima, que lhe abriu as portas da Ordem de São Bento. Em 1939, converteu-se ao catolicismo e, quase imediatamente, tornou-se uma dos líderes entre os leigos brasileiros. Seu engajamento à fé católica

organizou sua existência. Deu sentido às suas atuações de literato,² de colunista de inúmeros jornais do Brasil³ e de mestre leigo.⁴

Homem de ação é um designativo adequado a Corção. Aspecto sempre presente e que foi, inclusive, explicitado por ele como a opção do seu engajamento em sua oblação na Ordem de São Bento, quando escolheu ser chamado de oblato Paulo. Não farei uma digressão sobre a importância de São Paulo para a história do cristianismo, nem a narrativa de sua conversão. Importa-nos, aqui, destacar o ímpeto para ação na defesa do catolicismo com que Corção conduziu, a partir de então, sua existência. Sua conversão foi de tal forma o nascer de um homem novo que toda a produção literária e jornalística de Corção tem a marca do catolicismo. Homem novo que, após a cegueira do ateísmo marxista e da ciência, só lhe restava “combater o bom combate”, tornando-se então um exemplo de ação católica, um defensor intransigente da fé, doutrina e disciplina católicas.⁵

Nas décadas de 1960 e 1970, esse personagem acreditou que o ideal cristão que abraçara estava ameaçado. Passou, então, a exercitar intensamente o ensinamento paulino de nunca recuar em defesa da fé e de “combater o bom combate”. Esse será o assunto deste texto.

Para dar conta desse objetivo, investigarei a recepção de Corção do Vaticano II, entendido como momento ímpar do *aggiornamento* iniciado por João XXIII. Metodologicamente, optei pela análise de sua produção jornalística publicada no *Diário de Notícias* e em *O Globo* entre 1959 e 1978. Sabe-se, contudo, que as mudanças não foram implantadas a um só tempo. Da convocação à abertura dos trabalhos passaram-se dois anos. É a fase preparatória do Vaticano II. O Concílio, porém, ocorreu com interrupções. Foram quatro. Ou melhor, foram quatro sessões até o encerramento do Concílio em 1965. Para uma melhor clareza, dividi o presente texto em duas partes. A primeira analisará a recepção de Corção das fases pré-conciliares e durante o Concílio. A segunda abordará a produção discursiva de Corção no pós-Concílio Vaticano II.

² Publicou *A descoberta do outro*, 1944; *Três alqueires e uma vaca*, 1946; *Lições de abismo*, 1951; *Fronteiras da técnica*, 1953; *Dez anos*, 1956; *Claro e escuro*, 1958; *O desconcerto do mundo*, 1961; *Dois cidades, dois amores*, 1967; *A tempo e contratempo*, 1969; e *O século do nada*, 1973.

³ Escreveu e/ou teve sua crônica diária, semanal ou mensal republicada em centenas de jornais brasileiros, entre os quais se destacam: *Tribuna da Imprensa*, *Diário de Notícias* (RJ), *O Estado de São Paulo* e *O Globo*.

⁴ Ministrou aulas de religião para empregadas domésticas dos bairros das Laranjeiras e do Cosme Velho, no Rio de Janeiro. Também proferiu aulas e palestras em associações católicas e, principalmente, no Centro Dom Vital, além de ter ocupado o cargo de redator-chefe da revista *A Ordem*.

⁵ O espírito missionário em São Paulo é um espírito de ação, como percebemos nessa passagem da Segunda Carta a Timóteo, capítulo 4, versículos 6 a 8: “Quanto a mim, já fui oferecido em libação, e chegou o tempo de minha partida. Combati o bom combate, terminei a minha carreira, guardei a fé. Desde já me está reservada a coroa da justiça, que me dará o Senhor, justo juiz, naquele Dia; e não somente a mim, mas a todos os que tiverem esperado com amor a sua Aparição.”

Tempos de Concílio

Em 25 de janeiro de 1959, João XXIII surpreendeu o mundo e convocou o Vaticano II. O mundo católico então se organizava e identificava-se conforme o Concílio de Trento. Concebida em reação à Reforma Protestante e à modernidade, a identidade tridentina ancorava-se em três pilares: a) imaginário social fortemente marcado pelo acento na alma frente ao corpo, pelo medo e pela relevância das obras, mérito e práticas sacramentais; b) enquadramento do clero e afirmação da “romanização”; e c) enquadramento do fiel. (LIBÂNIO, 1984, p. 41-71)

A proposta de um Concílio Ecumênico suscitou muitas desconfiças em Corção, principalmente pelo seu caráter ecumênico. Mas, por desconhecimento das decisões que efetivamente estavam sendo tomadas, adotou como método de ação a vigilância.

O primeiro sinal de alerta ocorreu com a publicação da *Mater et magistra* em 15 de maio de 1961. A proposta do papa João causou-lhe surpresa. Com uma mensagem clara, o papa assinalou a fase de renovação e o diálogo com o mundo moderno, tratando, inclusive, dos problemas envolvendo os países subdesenvolvidos. (PIERUCCI; SOUZA; CAMARGO, 1989, p. 365)

No Brasil, a encíclica foi publicada, na íntegra, pela revista *Síntese Política Econômica e Social*, acrescida de comentários de Alceu Amoroso Lima, Paulo Sá, Manuel Diêgues Júnior e do padre Fernando Bastos d’Ávila. Esses analisavam e defendiam que entre as muitas novidades do documento sobressaía o uso do conceito “socialização”. Corção não se conformou com essa interpretação. Em sua coluna no *Diário de Notícias*, negou a encíclica qualquer caráter de novidade. Ela nada mais era do que arrumações da tradição da Igreja às novas condições, assim como haviam sido a *Rerum novarum* e a *Quadragesimo anno*. Mas a interpretação equivocada e capciosa do vocábulo “socialização” em lugar de reafirmar os preceitos tradicionais de adequação e de suplementação era o mais assustador, uma vez que permitia o uso do documento papal pelos progressistas.

Por ocasião da abertura do Concílio Vaticano II, em outubro, Corção mostrou-se desconfiado, embora tivesse esperanças que o Concílio reafirmasse a tradição e eliminasse as interpretações equivocadas da doutrina. Tal sentimento dúbio, contudo, durou pouco. Ao fim da segunda sessão, em 1963, Corção tinha muitos medos e um fio de esperança. Os rumores que vinham do Concílio produziam um recrudescimento da sua filiação às decisões tridentinas. Embora não tenha dado atenção em suas crônicas ao debate conciliar, pois sua atenção estava voltada para o combate à infiltração comunista na sociedade brasileira, Corção aproveitou momentos-chaves para criticar os rumos do Vaticano II.

Caso emblemático ocorreu com a publicação da Encíclica *Pacem in Terris* (1963). Embora continuasse a interpretar e divulgar todos os documentos papais à luz da tradição e na ortodoxia, foi-lhe impossível negar as mudanças substantivas da Carta

Papal. Em especial, a ausência do termo “comunismo” e o destaque à fome, à miséria e ao subdesenvolvimento. Sua opinião era que o papa estava sendo mal assessorado. Esse diagnóstico, contudo, não evitou que tivesse uma reação bem mais negativa do que a que tivera em relação à *Mater et magistra*.

Outro acontecimento que provocou em Corção uma atitude paradoxal foi a morte de João XXIII, em junho de 1963. Por um lado, aplaudiu a severidade de seus textos pontifícios; por outro, questionou a grande popularidade alcançada pelo papa entre os não católicos. Na tentativa de desconstruir essa popularidade, recorreu à comparação do papado de João XXIII ao acontecimento do Domingo de Ramos. Em sua metáfora, não tardaria a se repetir o episódio da aclamação a Jesus, que, naquele dia, fora saudado como rei e, três dias depois, repellido. A eleição do cardeal Montini, que tomou o nome de Paulo VI, renovou suas esperanças de que o novo papa trouxesse respostas para uma época que chamou de transição, de superação e de modernismo, de continuação do Concílio.

A publicação pelo papa Paulo VI da encíclica *Ecclesiam suam* (1964) e o acento na palavra diálogo acabaram com suas tênues esperanças de Corção de um Concílio fundado na ortodoxia católica. Nesse sentido, os debates da terceira sessão do Vaticano II, nesse mesmo ano, só serviram para reforçar essa sua opinião, uma vez que propuseram completar a doutrina tridentina, investigando e afirmando a doutrina relativa à natureza e à missão da Igreja:

(...) estranhos sinais dos estranhíssimos tempos em que vivemos: os protestantes falam em vigor da doutrina e intolerância da virginal verdade, enquanto os católicos se não todos muitos deles, e alguns de altos coturnos, pregam a relatividade e o liberalismo cultural. O dogma, a dureza adamantina dos iotas sagrados, o depósito santo que é o sinal de integridade e virgindade da Igreja, a intransigência, que é o caridoso complemento da solicitude – essas são as pedras rejeitadas pelos modernistas. (21/2/1965)

O Vaticano II estava sendo dominado pela onda modernista. O rigor, a intransigência e os dogmas eram rejeitados pelos paradigmas do *aggiornamento* e do diálogo. Em suma, era a tradição tridentina que estava sendo atacada. Os riscos desse ataque preocuparam e mobilizaram o combate de Corção. Suas armas foram as representações, tais como diabo, satanás, demônio, acento à salvação/perdição das almas e exemplo dos santos, tão caras à retórica católica e estruturantes da identidade tridentina: “(...) para perder as almas no ambiente do mundo moderno, ele [diabo] prefere esconder-se atrás das palhaçadas do nacionalismo ou do liberalismo, que tentam modernizar a Igreja e despi-la das ridículas armas da Idade Média” (28/9/1965).

O encerramento do Concílio Vaticano II, em 8 de dezembro de 1965, recebeu tom lacônico. Para Corção já era evidente o abalo que o Vaticano II provocaria no Orbe católico com a desagregação da Igreja tridentina: “revoada de bispos” (10/12/1965).

Tempos de combate

Apesar dessa constatação, havia algo de incrédulo nos escritos de Corção após o final do Vaticano II. Ao mesmo tempo, é evidente a sua crença de que ainda podia disputar no contexto linguístico a recepção do Vaticano II. Isso fica perceptível no artigo que escreveu, em 1966, sobre o encontro do papa Paulo VI com dirigentes comunistas, em que declarou não acreditar nas notícias divulgadas. Para ele, o pontífice se propunha a converter os comunistas, nunca estabelecer um diálogo.

Todavia, a incredulidade e a esperança em disputar a interpretação hegemônica do Vaticano II, rapidamente, se apresentaram perdidas. A Igreja que surgia após o Vaticano II trazia consigo as marcas da renovação. Tornou-se, então, conhecida pelas expressões: *renovada*, *nova*, ou *pós-conciliar*. A Corção restou somente denunciar que o uso desses termos era antagônico à letra da doutrina e representava os aspectos externos do “progressismo” e do modernismo.

É importante realçar que as críticas feitas por Corção não foram extemporâneas. Caso exemplar foi a publicação do livro de Jacques Maritain, *Le paysan de la Garonne. Un vieux laïc s'interroge à propos du temps présent*, no qual o filósofo católico teceu considerações dissonantes às resoluções do Concílio Vaticano II.

O ano de 1967 foi o do fim das suas ilusões. Para ele, a Igreja tornava a viver tempos como o que resultara no Grande Cisma do Ocidente – época da trasladação da corte papal de Roma para Avinhão, na França, ocorrida entre finais do século XIV e início do século XV. A publicação da encíclica *Populorum progressio*, em março, e sua recepção pelos setores progressistas do catolicismo, especialmente o latino-americano, a reforma litúrgica e o ecumenismo levaram-no a explicitar seu desejo por um cisma:

(...) desejo um cisma (...). Não há nenhuma extravagância em meu desejo.
(...) Tenho diante dos olhos, espetáculos, declarações, pronunciamentos que provam abundantemente que já não são mais católicos os seus autores.
(...) Os inimigos da Igreja estão fingindo que são da Igreja. (9/4/1967)

Pedras angulares do projeto tridentino, a liturgia e reação às outras religiões foram concretamente abaladas em 1967. No primeiro caso, com a instituição da missa vernácula – e com a possibilidade de recebimento do Corpo de Cristo nas mãos –, da missa destinada aos jovens, bem como as paralitúrgias. Já o enfraquecimento da mentalidade apologética explicitou-se, por exemplo, com a participação da arquidiocese do Rio de Janeiro nas comemorações dos 450 anos da Igreja Luterana.

Derrotado na disputa pela recepção linguística do Vaticano II, Corção mudou a estratégia, passou a dirigir-se às autoridades eclesiais. Apelou aos que não haviam ainda se convertido ao “modernismo” e ao “progressismo” e que, na sua opinião, constituíam a maioria para que combatessem as tendências modernistas do clero brasileiro. Ou seja, para Corção os bispos deveriam deixar de aplicar as diretrizes do Vaticano II à realidade da Igreja Católica do Brasil. Assim, durante o ano de 1968, Corção realizou ferrenha campanha em suas colunas, pelo reenquadramento do clero – freiras, padres, bispos, arcebispos, ordens religiosas e institutos católicos – e pediu aos leitores concordantes com a defesa da “verdadeira Igreja Católica” que também pressionassem o episcopado. Revelou-se, no entanto, vã a tênue esperança de um pronunciamento da maioria dos bispos em concordância com seus apelos. Ao contrário: o episcopado buscava implantar as determinações do Vaticano II.

Corção também recorreu a novos expedientes. O primeiro fundou em 1968 a Associação Cultural Católica Permanência com objetivo de combater a “ala progressista do clero” (*O Globo*, 19 ago. 1968). Permanência congregou os partidários do integrismo liderado por Corção. Suas atividades consistiam na realização de conferências semanais sobre teologia, cultura humanista, religião, tradição grega e canto gregoriano e publicação de uma revista de mesmo nome, dirigida por Alfredo Lage. (ANTOINE, 1973, p. 44)

O outro expediente de Corção foi protestar junto ao núncio apostólico, Dom Sebastião Baggio. Escreveu em sua coluna jornalística uma carta aberta, assinada por ele e seus partidários, denunciando a recepção “deturpada” do Concílio no Brasil e o surgimento de uma Outra Igreja: “Igreja Pós-Conciliar, ou Igreja nova, ou Igreja do Vaticano II”. Essa atitude, de um leigo de recorrer à representação romana no país, constituía uma ameaça aos princípios hierárquicos da Igreja, tanto que o núncio não respondeu.

Corção não esmoreceu em seu combate. Em abril de 1969, Paulo VI apresenta o Novo Missal, que veio institucionalizar as mudanças litúrgicas. Corção, que, durante o Concílio Vaticano II, não vira com bons olhos a iniciativa, radicalizou sua posição. Em outubro, ocorre, no Vaticano, a II Assembleia Ordinária do Sínodo⁶ dos Bispos. Na ocasião, Corção defendeu que a divisão que se produziria no encontro não seria entre liberais e conservadores. Em seu lugar, ele propõe outra antítese que traz luz para a sua inserção na Igreja naquele período. O antagonismo, segundo ele, seria entre “católicos-católicos e os avançados, os modernistas, os progressistas ou liberais”. Os primeiros,

⁶ O Sínodo “é uma assembleia que se reúne sem prazos fixos, a critério do pontífice, que congrega os bispos eleitos pelas conferências episcopais, os cardeais, que presidem os dicastérios romanos, os patriarcas e outros membros das Igrejas orientais e 10 religiosos eleitos pela União romana dos superiores gerais. Tem ele poderes simplesmente consultivos, não deliberativos, mas constitui um instrumento útil para uma efetiva colaboração entre papado e episcopado; o pontífice pode perceber melhor as exigências da base, a orientação das diversas correntes e, mesmo continuando inato seu primado universal de jurisdição sobre toda a Igreja, pode agir em real sintonia com o episcopado universal” (MARTINA, 1997, p. 331-332).

ainda de acordo com sua visão, não seriam conservadores, mas sim defensores da Igreja. Sem dúvida, Corção procedeu a sua análise com as categorias da crise que vivera a Igreja Católica no século XIX e primeira metade do XX, recuperando, para os anos pós-Concílio, ainda que escamoteie com o nome de “católicos-católicos”, os integristas:

Os católicos-católicos que, mal ou bem, apresentam os seguintes traços: eles creem na Igreja, e creem que a Igreja, no patrimônio de sua sabedoria e na riqueza de sua vida interior e de seus ensinamentos, dispõe de mais recursos para ensinar e conduzir o mundo do que toda a cultura da humanidade dispõe para conduzir-se a si mesma e para conduzir a Igreja. (25/10/1969)

O apelo à tradição tridentina apresentou-se com toda a força:

Os católicos-católicos se habituaram a procurar na Igreja de todos os tempos, no depósito de sabedoria acumulada pelos apóstolos, pelos santos Padres, pelos doutores e pontífices e por todos os santos, as respostas às mais altas indagações sobre os problemas humanos. (25/10/1969)

Da mesma forma, a essência da antítese, ao definir seus “inimigos”: os modernistas, os progressistas, os liberais enquanto aqueles

que creem mais no mundo do que na Igreja, e que, para o suposto bem de uma nova Igreja que julgam ainda estimar, preferem não ouvir a velha antes de ouvir os jornalistas, os economistas, e demais estudiosos da casca do mundo. Acreditam mais na Ciência, na História, no Progresso, no Mundo, do que na Igreja fundada por Jesus Cristo, vivificada por seu Espírito. (25/10/1969)

A luta era, portanto, pela retomada do poder pelos integristas, como ocorrera com Pio X. Seus apelos consistiam numa tentativa de despertar ou reacender nos meios católicos brasileiros a força do integrismo. Nesse sentido, empreendeu uma campanha feroz contra os “inimigos” da Igreja no clero brasileiro e contra as mudanças feitas para adequar a realidade católica brasileira às decisões do Concílio.⁷

⁷ A permanente campanha contra as ordens e casas religiosas resultaria, em 1974, no seu afastamento da Ordem dos Beneditinos. Em artigo de página inteira do *Jornal do Brasil* no dia 1º de junho de 1974, Dom Basílio Penido, abade presidente da Congregação Beneditina Brasileira, desferiu um ataque violentíssimo contra Corção. Seus comentários foram de toda ordem: dos pessoais, por exemplo, ao denunciar a recusa de Corção em participar de um retiro espiritual, por receio de não encontrar conforto, aos teológicos, por exemplo, ao declarar-se intérprete legítimo da doutrina. Encontrava-se Corção isolado com seu grupo, pois todos os seus “inimigos” não mais reconheciam nele os atributos simbólicos do intelectual católico.

Destaqueei dois exemplos dessas campanhas: contra o Colégio Sion e a campanha contra o padre Walthier. Em ambos os casos deve-se ressaltar o engajamento de padres e freiras também na oposição ao regime militar instaurado em 1964.⁸

Iniciemos pela campanha contra o Colégio Sion. Ela começou em 1968, com a seguinte denúncia, perdida despretensiosamente no penúltimo parágrafo do artigo publicado em 29 de junho de 1968:

Há colégios religiosos em que as mães, que ainda anteontem se confessavam tremendo quando viam um mosquito nu no banheiro, mostram bondosamente, a meninas de seis anos, com figuras e bonecos de plásticos, como é que fazem o papai e a mamãe.

Em 1º de fevereiro de 1969 a campanha tomou proporções até então inimagináveis no universo católico. Com o título “Colégios católicos que se fecham”, Corção divulgou a seguinte denúncia que partira de uma aluna: ela fora solicitada, em sala de aula, a descrever um ato sexual, como atividade de uma das disciplinas ministradas na escola. Além disso, citou cartas de mães de alunas criticando as diretrizes do Sion, acusando o colégio de subverter a religião católica, uma vez que fazia concessões às novidades propagadas naquele período. Também desferiu suas denúncias sobre as outras unidades do Sion, em especial a sediada em Petrópolis, que estaria sendo fechada e os móveis vendidos pelas freiras para que pudessem viajar. O caso gerou uma carta de repúdio do presidente do núcleo dos pais do Sion e, um mês depois, uma das mães, citada por Corção, escreve ao jornal, contestando-lhe as informações e o teor do artigo. De todo modo, a campanha surtiu efeito, e o Sion teve suas turmas esvaziadas nos anos seguintes.

O outro exemplo é a campanha que empreendeu contra o padre Walthier. Padre operário, Walthier era membro da congregação de São Pedro e São Paulo e viera da França com a missão de evangelizar o meio operário na fábrica Cobrasma. Em julho de 1968, com a eclosão da primeira greve de metalúrgicos após o golpe de 1964, conhecida como Greve de Osasco, foi preso junto com o padre Antônio de Almeida Soares. Após sua libertação, foi-lhe permitido ficar na casa de Dom Agnelo Rossi, arcebispo de São Paulo. Em agosto, porém, por ocasião da viagem de Dom Agnelo Rossi a Medellín, a casa foi invadida, e o padre Walthier, deportado, ainda que não tivesse contra si nenhum

⁸ No caso dos colégios religiosos havia um profundo debate sobre a pertinência da adoção de um sistema misto (meninos e meninas). No período, ao lado da campanha de Corção contra as mudanças no ensino do Sion, também circulou uma campanha que afirmava a existência de um túnel sob a Rua Cosme Velho ligando o Sion ao Colégio São Vicente. Essa campanha era consequência da nova postura da direção dos dois colégios, que, tendo o mesmo quadro de professores em algumas disciplinas, decidiram por aulas conjuntas. Além disso, em 1968, o São Vicente adotou o sistema. No ano seguinte, foi a vez do Sion, que também reformara a linha pedagógica, ao adotar, por exemplo, o livro de José Lins do Rego “Meninos do Engenho”, considerado então uma obra “impura”.

processo de expulsão do país. A deportação provocou celeuma nos meios católicos, com manifestação de padres e bispos de todo o país contra a medida. Em outubro, o cardeal Rossi, pressionado pelos membros da arquidiocese, recusa-se a receber do presidente Costa e Silva a medalha da Ordem ao Mérito. Em retaliação, foi considerado *persona non grata* entre os militares. (ALVES, 1993, p. 95-96; BRUNEAU, 1974, p. 352-354) Em fevereiro de 1969, em tentativa de desqualificar a atuação dos padres operários, o *Jornal da Tarde* (SP) publicou uma matéria sobre a situação do padre Walthier na França, em que se afirmava ser ele casado com “uma moça loura da alta sociedade de Paris, e vivendo muito tranquilamente em Cannes”. (CENTRO DE PASTORAL VERGUEIRO, 1979, p. 46) Corção, imediatamente, repercutiu a difamação, em que, além da denúncia contra a honra do sacerdote, fez também um apelo ao episcopado para que aproveitassem as informações que lhes eram fornecidas. Padre Walthier provou serem as acusações infundadas e pediu que Corção se retratasse, o que não ocorreu. O episcopado não considerou verdadeiras as denúncias.

O insucesso de suas campanhas levou à apresentação de um documento na XI Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1970, assinado por mais de 200 leigos e, encabeçado por Corção, denunciando a infiltração marxista na Igreja Católica, sob o disfarce teológico. O documento, contudo, não foi nem a ser discutido. Ignorado pela Hierarquia indicou a fraqueza da mobilização anticonciliar de Corção. Ainda assim, não desistiu de clamar, do seu canto, em *O Globo*, pela atenção dos membros da CNBB. Em outubro de 1970, por ocasião da reunião da comissão central da instituição, ele cobrou um posicionamento quanto ao marxismo disfarçado de “inovações” teológicas e pastorais; cobrança que não mereceu o retorno da comissão. Preocupada com outros temas, a CNBB, composta majoritariamente por bispos da ala moderada, assumiu, nesse momento, uma posição crítica em relação ao Estado brasileiro.

Essa reviravolta suscitou um constante atrito entre bispos e governos militares. E foi um deles, em particular, ocorrido em março de 1971, que provocou a primeira reprimenda pública a Corção.

O evento catalisador foi o contra-ataque da Hierarquia às acusações do comandante do II Exército, Humberto de Souza Mello, de que existiam setores na Igreja Católica que estavam desmoralizando o Brasil. Corção, rapidamente, saiu em defesa do comandante militar e aproveitou para denunciar a “impostura” que dominava o Centro de Informações Eclética (CIEC), órgão da Arquidiocese de São Paulo, que, em seu boletim, retrucara as denúncias do comandante.

Cumprido ressaltar que, naquele momento, as duas principais arquidioceses do país – São Paulo e Rio de Janeiro – tinham novos pastores, respectivamente, Dom Paulo Evaristo Arns e Dom Eugênio Sales. O primeiro assumira em 1970, enquanto o outro, em março de 1971.

Dentro desse novo contexto, ainda em março, o cônego Amauri Castanho, responsável pelo Centro e, evidentemente, com o consentimento de Dom Paulo Arns,

publicou no *Jornal do Brasil* resposta a Corção, acusando-o de “criticar irresponsavelmente o CIEC”. Corção entendeu-se com direito a tréplica, o que levou a ação da Arquidiocese do Rio de Janeiro que, por meio do bispo auxiliar Dom Mário Gurgel, acusou nos jornais Corção de não querer mais diálogo com a Igreja. Corção, então, retrucou: “dialogar é um verbo comunista e marxista” (25/3/1971). Fez-se silêncio na Arquidiocese do Rio de Janeiro.

Em janeiro de 1972, Dom Eugênio Sales em locução no programa de rádio *A Voz do Pastor*, depois reproduzido nos jornais, discorreu sobre a conjuntura católica e criticou tanto os católicos integristas quanto os católicos progressistas e concluiu ser o Episcopado Nacional a única autoridade legítima a interpretar as determinações vaticanas e a doutrina. Sentindo-se atingido pelas recriminações, Corção respondeu a Dom Eugênio Sales, na crônica intitulada “Dialogando com o meu pastor”, datada de 27 de janeiro. Nela, insurgiu-se contra o esquema binário do arcebispo e contra o fato de a maior parte das críticas ter sido dirigida aos imobilistas, tachando os que combatem pela doutrina de “energúmenos”, enquanto, para “o outro lado”, utilizara-se de “termos hesitantes”. E indagou: que atitude tomar frente à barca de São Pedro, que ameaça naufragar? Concluiu, então, que a declaração de Dom Eugênio Sales lhe revelaria a “terrificante consequência de excomunhão. Me deixa excomungado (...), eu e todas as pessoas que comigo militam, estamos excluídos e, portanto, fora da comunhão católica”.

O questionamento público de Corção a uma admoestação implícita suscitou enorme polêmica, chegando até a intercessão de Roberto Marinho – seu confrade e dono do *O Globo*. Mas Corção não se calou e, em janeiro de 1973, investiu contra a CNBB, acusando-a de destruir a Igreja. A reação de Dom Eugênio Sales foi muito dura. Sem deixar margem de dúvidas sobre sua autoridade, fez publicar em todos os jornais a seguinte mensagem:⁹

(...) exorto a todos os fiéis desta Arquidiocese, a não seguirem, em matéria religiosa, orientação de pessoas que, embora credoras de consideração por larga folha de serviços prestados à Igreja, hoje se excedem e fazem, sem perceber, causa comum com as forças que pretendem combatê-la, ao se levantarem contra a autoridade dos legítimos pastores. (*O Globo*, 2 fev. 1973)

⁹ O impacto da nota pode ser percebido por duas frentes. A primeira, de apoio, que foi a moção de desagravo publicado no jornal *O Globo*, em 10 de fevereiro. Encabeçado pelo vice-reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Hélio Fraga, teve mais de uma centena de assinaturas. E mostrou, ao mesmo tempo, a força e, também, a fragilidade de Corção, pois somente o mundo civil o subscreveu. Os sacerdotes e religiosos que o apoiavam não o fizeram publicamente, por temor das consequências de romper com a medida adotada por Dom Eugênio Sales.

A resposta de Corção foi um apelo desesperado e estridente pela volta “à grande disciplina”. Embora aparentemente paradoxal, o meio usado por Corção é facilmente explicável pela premissa do seu posicionamento de que a cadeia de disciplina a organizar o catolicismo ruína com o Vaticano II. Portanto, a quebra hierárquica não existiu, só existiria com o retorno à Igreja tridentina, à *societas perfecta* e ao catolicismo integral. Assim, é exemplar que o ponto central do seu diagnóstico da crise no mundo católico recaia sobre o alto clero.

As quatro ou cinco linhas que causaram manifestações de equivocada autoridade, podem ser tranquilamente reafirmadas e desenvolvidas. Numa sociedade perfeita, fortemente hierárquica, a causa interna de sua ruína tem, evidentemente, mais força nos superiores, nos dirigentes, do que nos leigos, nas mulheres do Apostolado da Oração, ou nas criancinhas. (17/2/1973)

Por outro lado, o catolicismo integral pressupunha a subordinação da organização social e política, o que nas décadas de 1960 e 1970 traduziu-se em um absoluto anticomunismo. Essa posição levou Corção a atacar o papa Paulo VI.

Corção fora um crítico feroz do franquismo nos anos 1930, mas anacronicamente converteu-se na década de 1970. A morte de Francisco Franco, em 1975, desencadeou a redemocratização espanhola que, em suas idas e vindas, sofreu retrocesso em janeiro de 1976, quando o governo condenou cinco opositores à pena capital. Essa medida foi condenada pelo papa Paulo VI e motivou o seguinte ataque de Corção contra o papa:¹⁰

Eu não aceito como católicas, como verdadeiras, como pronunciadas em são juízo as palavras insensatas que acabamos de ler (...). Repito com todas as letras e procuro ser o mais claro possível: o escritor Gustavo Corção, conhecido por sua obstinação católica, recusa acatamento a toda essa trama. (...) Um papa católico não diz tantos disparates como esses que oscilam entre a Utopia duma sociedade sem meios de repressão do crime até a Degradação que exhibe maior simpatia pelos terroristas do que pela polícia que os prendeu. Temos aqui um exemplo de intolerável aberração diante da qual não há título, paramentos ou tiara que possa manter intacta a autoridade. Por mim, não posso crer que tais palavras foram pronunciadas por um Papa Católico. (...) ISTO É O

¹⁰ Cabe lembrar que a guerra civil espanhola constituiu-se uma métrica política para o mundo católico. De um lado, os liberais, derrotados na guerra civil, e favoráveis ao governo republicano (entre os quais inúmeros intelectuais católicos como Georges Bernanos). De outro, os autoritários e vitoriosos partidários dos insurgentes (monarquistas, católicos e membros da Falange).

COMUNISMO, que hoje recebe sufrágio de admiração da Outra Igreja.
(22/01/1976)

No dia seguinte ao artigo, Dom Eugênio Sales tornou pública a seguinte declaração: “A Arquidiocese (...) condena com veemência a atitude do Sr. Gustavo Corção. Outrossim, adverte os fiéis de que semelhantes manifestações conduzem à ruptura com a Comunhão Eclesial” (*O Globo*, 24 jan. 1976).

No catolicismo, e em qualquer outra religião, o acesso ou a interdição do discurso está nas mãos da hierarquia. No caso de Corção, ela decretou, peremptoriamente: mais um passo, o banimento tornar-se-ia imperativo. Mais um “lance” de desafio à sua orientação, seria expulso da comunidade católica. Seu combate às determinações do Concílio Vaticano II foi levada a tal extremo que se tornou inassimilável, pois rompeu com o último laço que o prendia ao catolicismo: o ultramontanismo. Ou seja, Corção não perfilhava nem mais no sistema que defendia a autoridade absoluta do papa em matéria de fé e disciplina.

Assim, apesar das mudanças implantadas no Vaticano II, o princípio do catolicismo ainda está assentado na universalidade que se faz presença na obediência à principal autoridade da Igreja Católica: o papa. A hierarquia e obediência, portanto, são os pilares da Igreja Católica, com o papa presidindo o colégio episcopal, transmitindo suas orientações aos bispos (líderes máximos na igreja nacional), os encarregados de divulgá-las juntos aos padres, que orientam os leigos. No mundo católico, portanto, não é permitido opor-se às decisões e pronunciamentos papais, e Corção insurgira-se contra essa máxima da instituição. Corção não foi calado, mas seu capital simbólico foi, pela primeira vez, esvaziado por seu Pastor, e, oferecido pela hierarquia católica a poucos leigos, estava condicionado a regras tacitamente aceitas. Isso porque, como destacou Pierre Bourdieu, “o que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é de competência das palavras”. (BOURDIEU, 2005, p. 14-15)

Gustavo Corção Braga morreu no Rio de Janeiro, em 1978. Vivo, foi uma das figuras mais polêmicas do laicato brasileiro. O pêndulo da história relacionado a Corção é significativo das suas opções radicais na vida pública. Num país majoritariamente católico, assumiu-se como convertido e tornou-se escritor, aos 48 anos, sendo logo na estreia aclamado “filósofo social do catolicismo brasileiro”. Seus últimos anos foram vividos em desacordo com a hierarquia católica, e afastado de muitos amigos que o acompanharam na militância católica.

A rigidez do seu catolicismo fundado na autoridade, na unidade e na semelhança transpareceu com toda a força na associação feita entre Igreja do diálogo e progressismos, modernismos, ecumenismos. Qualquer defesa de uma Igreja mais aberta foi por Corção combatida. Usou de todos os artifícios e arcou com todas as suas consequências. Um

combate *intramuros*. Ameaçado de ex-comunhão, nunca aventou a possibilidade de romper com a Igreja Católica. Solucionou a angústia existencial da mudança da Igreja transformando a Igreja pós-conciliar em “A Outra”. Para Corção, a “heresia” se encontrava nos modernistas, nunca entre os que compartilham da perspectiva de que o *orbe* católico estaria em crise.

Indubitavelmente, Corção teve como marca de sua trajetória uma coerência retilínea: forjado no catolicismo pré-Concílio Vaticano II, nunca o abandonou. Abriu mão de outras verdades, quem sabe menores, mas defendeu o catolicismo tridentino de sua conversão com tanta convicção que chegou a sustentar um cisma como saída de preservação daquela que considerava a verdadeira orientação para a Igreja Católica.

Arcou, conscientemente, com os custos das suas opiniões. Viu-se privado dos privilégios e das prebendas que o campo católico oferecia aos seus membros mais ilustres. Perdeu amigos e reconhecimento. O alarido de seus discursos e o azedume de suas invectivas tornaram-se acusações cada vez mais frequentes de seus adversários. O intelectual célebre pela maestria com as palavras foi superado por atributos depreciativos: amargo, ranzinza, entre outros. Manteve-se, contudo, firme e inquebrantável em sua missão:

É o amor pela Igreja, pelos Santos, pela Virgem Santíssima e por meu Deus três vezes santo, que me anima a escrever artigos que me deixam marginalizado na “intelligentsia católica” empenhada em correr atrás dos prestígios do mundo. E aqui acrescento uma outra informação que o mundo da literatura desconhece. É verdade que nesse mundo perdi algum cartaz em comparação com o sucesso de anos atrás. Em compensação, não passa dia que não receba carta de conforto e encorajamento escrita por bispo, padre ou senhoras mães de família. (CORÇÃO, Gustavo. Arquivo Privado, carta ao Frei Orlando dos Reis, 23 out. 1966) (23/10/1966)

A economia discursiva de Corção, apesar de sua coerência, é marcada pela radicalização do combate ao comunismo. O anticomunismo despojou-o do ideal democrata-cristão maritainiano, lançando-o a retratações que, publicamente, realizou nas colunas de *O Globo* e, depois, reafirmou na introdução de *O século do nada*:

Tendo professado, ao longo dos quarenta anos de luta e pregação, uma fidelidade de discípulo à obra filosófica de Jacques Maritain, a quem tanto devo, e a quem me sinto ligado por laços muito afetuosos e muito desligados dos jogos de interesses deste mundo, tenho de começar as retratações prometidas no subtítulo desta obra pelos pontos em que hoje me desligo, não do pensamento tomista do autor de *Dégrès des Savoir* e de *Trois Réformateurs*, mas das posições tomadas em várias circunstâncias. (CORÇÃO, 1973, p. 53)

Ruptura ocasionada pelo “silêncio” do filósofo francês ao fenômeno do comunismo em seu livro *Le paysan de la Garonne. Un vieux laïc s'interroge à propos du temps présent*. Para Corção, “a lacuna, a ausência, a omissão” do filósofo francês “contribuíram para a onda de estupidez que afligia a Igreja”. (CORÇÃO, 1973, p. 65)

O comunismo era, portanto, o “ópio do clero”, que, incrustado nas hostes da Igreja, era ignorado pela hierarquia e até por nomes como de Maritain. Sua gênese era a esquerda católica francesa dos anos 1940. Os responsáveis: a revista *Esprit*, Emmanuel Mounier, a revista *Sept*, Lebreton, os dominicanos, que propagaram, sem resistência, os germes do “progressismo” que tomou forma definitiva no Concílio Vaticano II.

Fato no *orbe* católico que, para Corção, degenerou em Igreja pós-conciliar, chamada por ele de “A Outra”. A amante tomava o lugar da esposa com o consentimento dos bispos, do papa. Heresia e *leitmotiv* da exacerbação do seu conservadorismo em reacionarismo e integristismo. Entendidos, aqui, como reação a toda e qualquer mudança na Igreja Católica e defesa do *ancien régime* na política.

Enfim, um discurso que sempre realçou a distinção da autoridade. Uma autoridade por vezes espectral, nem sempre retilínea, mas a caracterizar o reacionário. E mais: um representante do integristismo na Igreja Católica, apesar de jamais assumir plenamente essa disposição teológica. Embora o espanto com o *aggiornamento*, com as novidades em matéria de fé e doutrina, tenha levado tal “desordem” a seu mundo fundamental que saiu em defesa de uma nova Cruzada.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves de et al. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Ed. FGV/CPDOC, 2001.
- ALVES, Márcio Moreira. *68 mudou o mundo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- ANTOINE, Charles (Pe.). *Church and power in Brazil*. Translated by Peter Nelson. New York: Orbis Book/Maryknoll, 1973.
- ANTOINE, Charles (Pe.). *O integristismo brasileiro*. Trad. João Guilherme Linke. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- AZZI, Riolando. *A neocrisandade*: um projeto restaurador. São Paulo: Paulus, 1994. (História do pensamento católico no Brasil, v. 5).
- AZZI, Riolando. O Concílio Vaticano II no contexto da Igreja e do mundo: uma perspectiva histórica. In: MOREIRA, Alberto da Silva; RAMMINGER, Michel; SOARES, Afonso Maria Ligorio (Org.). *A primavera interrompida*: o projeto Vaticano II num impasse. Livros Digitais Koinonia, v. 2, 8 jan. 2006. Disponível em: <www.servicioskoinonia.org/LibrosDigitales/LDK/LDK2.pdf>. Acesso em: 15 out. 2006.

- BEOZZO, José Oscar. *A Igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 8. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2005.
- BRUNEAU, Thomas. *Catolicismo Brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1974.
- CENTRO DE PASTORAL VERGUEIRO. *As relações Igreja-Estado no Brasil, 1964-1978*. São Paulo, Série Cadernos de Informação n. 3, 1978.
- CORÇÃO, Gustavo. *A descoberta do outro*. 10. ed. Rio de Janeiro: Agir Editora, 2000.
- CORÇÃO, Gustavo. *O século do nada*. 6. ed. São Paulo: Record, 1973.
- CORÇÃO, Gustavo. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 1953-1967.
- CORÇÃO, Gustavo. *O Globo*, Rio de Janeiro, 1968-1978.
- GARAUDY, Roger. *Los integristas: ensayo sobre los fundamentalismos en el mundo*. Barcelona: Gedisa Editorial, 1995.
- LIBÂNIO, João Batista. *A volta a grande disciplina: reflexão teológico-pastoral sobre a atual conjuntura da Igreja*. São Paulo: Loyola, 1984.
- LIMA, Alceu Amoroso. O princípio da socialização. *SÍNTESE – Política Econômica e Social*, Rio de Janeiro, ano III, n. 11, jul./set. 1961.
- LIMA, Alceu Amoroso. *Comentários à Populorum Progressio*. Petrópolis: Vozes, 1969.
- LIMA, Alceu Amoroso. *Memórias improvisadas: diálogos com Cláudio Medeiros Lima*. Prefácio de Antônio Houaiss. Petrópolis: Vozes, 1973.
- LIMA, Alceu Amoroso. *Cartas do pai: de Alceu Amoroso Lima para sua filha madre Maria Teresa*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2003.
- MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MARTINA, Giacomo. *História da Igreja: de Lutero a nossos dias*. Trad. Orlando Soares Moreira. São Paulo: Loyola, 1997. (A era contemporânea, v. 4).
- PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira; SOUZA, Beatriz Muniz de; CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. Igreja Católica: 1945-1970. In: *HISTÓRIA GERAL DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. (O Brasil republicano: economia e cultura, 1930-1964, t. 3, v.4).